

Universidad de Salamanca

Doutorado "Antropología de Ibero América"

Resumo Tese Doctoral

Antropologia da
participação política:
estudo comparativo das
formas de interacção
política em municípios
de Espanha e México.

Por

D. Iñigo González de la Fuente

Dirigido por

Dr. D. Ángel B. Espina Barrio

Universidad de Salamanca

Abril de 2008

O presente texto titulado “Antropologia da participação política: estudo comparativo das formas de interacção política em municípios de Espanha e México” pode ser considerado uma obra singular em uma tripla dimensão.

- A interdisciplinaridade: trata de conceitos da Antropologia, das Ciências Políticas, da Sociologia e da História;
- A interculturalidade dentro da área geográfica ibero-americana: os trabalhos de campo se realizam em municípios localizados nos territórios espanhol e mexicano.
- A eleição da política como ponto analítico central.

Antropólogos, politólogos e sociólogos compartilhamos o interesse pelos sistemas políticos e sua organização, mas há que ressaltar alguns aspectos que diferenciam os antropólogos do resto dos cientistas sociais é a marca global e comparativa com que marcamos nossos trabalhos. A necessidade de estudar de modo pluridimensional as interacções de todos os que, directa ou indirectamente, participam no processo político, não implica de modo algum renunciar ao enfoque microsociológico – localizado, porém não fechado –. A escala local nos permite traduzir as coisas da política do remoto e conflitivo à linguagem do imediato e conhecido. Portanto, ainda que a antropologia circunscreva suas análises a contextos locais, pensamos que nem por isso podemos esquecer de teorizar os fenómenos especial e historicamente mais amplos, tal como tratamos de fazer nesta investigação com as formas de participação política.

É por esta necessidade de dar conta das interacções dos actores sociais, pelo qual investigamos o município como marco contextual de referência. Neste sentido, ao contrário da maioria dos estudos eleitorais macrosociológicos tendentes a explicar o comportamento político-eleitoral a partir de variáveis conjunturais e sobre percepção da economia, ou de variáveis socio-económicas referidas a estrutura social da totalidade do estado, nossa aposta é pelo enfoque microanalítico, que, mesmo que limitado, pensamos ser imprescindível na hora de analisar as formas de interacção política concretas.

Igualmente, nossa aproximação à realidade política mexicana posta em comparação com a democracia espanhola, supõe uma tentativa por superar a visão moralmente etnocêntrica da política comparada, tão profundamente arraigada nas tradições ocidentais. Creio firmemente que os antropólogos devem dar este passo mais na análise dos sistemas políticos e tratar de comparar, não só as democracias industriais avançadas ocidentais, senão também aquelas que, tendo mecanismos institucionais semelhantes as primeiras, não são consideradas pelos politólogos dentro do grupo de países comparáveis. Ao fim e a cabo, se trata de compreender e explicar a variedade empírica das instituições e os comportamentos políticos, para posteriormente, dirigir nossa atenção a questões a cerca de quem toma decisões e resolvem os conflitos. A presente obra segue tal caminho, primeiro, tentando, dentro das condutas que definimos como participação política, compreender e explicar as peculiaridades de cada um dos municípios objecto de estudo, e segundo, detendo-nos nas possibilidades dos cidadãos de influir nos processos políticos tomando decisões.

Por tudo isto, o trabalho que apresentamos é uma aposta decidida pela comparação como ferramenta metodológica válida na hora de explicar e interpretar fenómenos socioculturais. Modestamente, se trata de, a partir de feitos particulares, chegar a explicação de formulações teóricas aplicáveis a níveis supra locais. Esta tentativa leva junto múltiplos problemas como o da complexidade de combinar os fenómenos culturais particulares e gerais junto com o passado e presente etnográfico. A chave está em estabelecer unidades de análises úteis para o procedimento comparativo, neste caso, unidades de análise de “o político”. Esta é, sem dúvida, uma das questões cruciais: a categorização dos fenómenos a comparar para poder estabelecer tipos que permitam estabelecer uma classificação.

Em nosso caso, **as unidades de análise vão ser as formas concretas de participação política**, definidas como interacções entre indivíduos ocupantes de determinado papéis. O objectivo último é estabelecer uma classificação intercultural de contextos de participação a qual, em função das condições socioeconómicas dos cidadãos, tenha em conta, primeiro, as possibilidades destes de ocupar os citados papéis,

e segundo, a capacidade de influir no processo de toma de decisão a partir de tais posições dentro do jogo político.

Um plano tão ambicioso, estruturamos em três grandes blocos temáticos:

- 1.- Uma breve dissertação sobre metodologia e teoria antropológicas.
- 2.- Uma descrição de cada um dos quatro trabalhos de campo realizados – com certa autonomia uns dos outros - pelo autor.
- 3.- Uma comparação sistemática entre as formas de participação política encontradas em tais municípios de Espanha e México.

O **primeiro bloco temático** supõe por um lado uma explicação de nossa aposta na comparação intercultural como ferramenta fundamental de trabalho; e por outro lado, trata de apresentar um breve, porém rigorosa revisão da história particular do “político” tal e como tem entendido os principais representantes do ramo antropológico; e igualmente contendo um sucinto balanço do actual estado da disciplina. Não queremos deixar de apontar que a nossa não é uma mera exposição de autores e seus títulos já reconhecidos maioritariamente e propriamente como antropólogos políticos, senão que assinalamos aqueles autores que maioritariamente tem influenciado com suas contribuições na tese.

Aspiramos por tanto nesta obra, dentro do **marco teórico da antropologia política**, estudar comparativamente as modalidades de participação político-eleitoral dos cidadãos como autores fundamentais num sistema político democrático. Ao longo de todo este trajecto teórico, nos fica claro que a antropologia política se estende em todas as direcções e cresce em complexidade e alcance, tanto teórico como em relação as sociedades estudadas. Este aumento dos estudos antropológicos, vem sendo de grande qualidade, cada um deles, formam conjuntamente considerados “uma merienda de negros¹”, no sentido da constatação do escasso intercâmbio de investigações entre académicos, sendo ademais estas a curto e médio prazo. Assim mesmo, apesar da

¹ Termo utilizado em Espanha para referenciar uma situação de confusão e desordem, onde ninguém se entende.

grande quantidade de enfoques derivados da “teoria processual” e da “teoria da acção” – centrados cada vez mais a nível cognitivo, e na tomada de decisões e na motivação -, se dá a ausência significativa da perspectiva materialista.

O presente trabalho trata de buscar o equilíbrio entre uns e outros enfoques: defendendo os infinitos caminhos que o actor, em virtude de sua criatividade e motivação, pode levar a cabo em sua luta pelo poder manipulando símbolos, regras ou costumes; porém ao mesmo tempo, não obvias a estreita relação que a nosso entender existe entre o nível socioeconómico do cidadão e suas possibilidades de acesso aos papéis políticos onde realmente se joga à ganhador. É que o campesino mexicano com um jornal de 50 pesos diários, que está fortemente motivado a vender seu voto ao melhor posto – venda a qual oferecemos inúmeros exemplos a cada qual mas original e criativo -, tem a mesma possibilidade de aceder a presidir um comité municipal ou apresentar-se a candidato que aquele que está a comprar seu mesmo voto pelo módico preço de 500 pesos? A resposta é negativa e todo ele apesar de que o comprador pode estar menos motivado a participar politicamente.

A **metodologia** na qual se baseia o presente estudo é a **etnografia**. Tal estratégia de investigação se fundamenta nos longos tempos de convivência com a gente e se serve de variadas técnicas de trabalho de campo das quais a observação participante e a entrevista dirigida e reflectiva são as mais utilizadas na investigação. Para tal, programamos uma etnografia “multisituada” – maneira de estudar fenómenos socioculturais não em um só lugar, mas sim em vários - porém “localizada” –o conhecimento do investigador sempre começa pelo local -. Concretamente, trabalharemos com cidadãos espanhóis e cidadãos mexicanos pertencentes a quatro municípios – dois por cada país - seleccionados pelo autor em função dos interesses da investigação.

Através da imprescindível tomada de contacto com a disciplina da antropologia política, passamos a descobrir em um **segundo bloco temático** os aspectos singulares de cada município objecto de estudo, pressuposto sem perder a visão global da investigação. Com ele trataremos, a parte da pertinente localização geográfica de cada

comunidade, de chamar a atenção sobre a evolução conceptual e epistemológica que o autor teve durante os meses de estadia de município a município, e de país a país. Tentaremos ir deixando ver como havemos de chegar a necessidade de retomar desde o inicial fenómeno da fidelidade do voto – previsto tanto para os municípios espanhóis como os mexicanos - até o mais amplo conceito de participação política, o qual aparece no transcurso da própria investigação etnográfica como ponta necessária para a comparação intercultural das quatro localidades.

Os trabalhos de campo se desenvolveram em Espanha e depois no México da seguinte maneira: nosso primeiro município é Nava del Rey, pertencente a província de Valladolid e a Comunidade Autónoma de Catilla e Leon, na qual e investigamos o período entre as campanhas das eleições autárquicas de 25 de Maio de 2003 e europeias de 13 de Junho de 2004; a estância de Valle de Trápaga (província de Vizcaya; C. A. Del país Vasco) gira em torno das autonómicas vascãs de 17 de Abril de 2005; e finalmente, se vive a ultima campanha a presidência da republica do México de 2 de Julho de 2006 a cavalo entre os municípios de Xico na zona cafeicultora de Coatepec do estado de Veracruz, e de Jiulpan de Juárez, localizado na região michoacana da Cienaga de Chapala.

O primeiro foco de interesse da investigação corresponde a forma de participação política mas estendida entre a população das sociedades democráticas, a participação eleitoral, e mas concretamente, a busca desde a antropologia dos factores que fazem que uma grande parte dos eleitores espanhóis – e mexicanos - votem pelo mesmo partido politico eleições após eleições. Buscamos portanto a todos aqueles cidadãos que a ciência política considera o “solo” dos partidos ou, por dizer de outra maneira, aos não - indecisos cujo voto não se considera decisivo para o resultado final. Esta busca fizemos pensando em que uma das maiores peculiaridade do sistema político mexicano era o voto constante ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) e, portanto, interculturalmente falando, consideramos oportuno comparar os municípios mexicanos com municípios espanhóis que tiveram tal características de continuidade de um mesmo partido político no poder municipal.

Através da descrição etnográfica do comportamento político e eleitoral dos habitantes dos municípios de Nava del Rey e Valle de Trápaga, se realiza um repasse ao **sistema político espanhol** e aos resultados eleitorais desde a transição democrática até a actualidade. Se faz uma investigação principal em Nava del Rey, e uma de menos calado com carácter de complementaridade na localidade de Viscaia. Neste sentido assinalamos as características principais do sistema político espanhol pondo especial ênfase no conceito de organização territorial do estado das autonomias, no sentido de destacar a existência de um *centro* e uma *periferia* política, porém fixamos igualmente de maneira muito concisa em aspectos tais como o sistema eleitoral, e sistema de partidos e a cultura política. Da mesma maneira fixamos que o sistema de governo adoptado pela vigente constituição de 1978 e a monarquia parlamentar, forma de governo sem precedentes no direito constitucional comparado, a qual conjuga a peculiaridade espanhola da restauração monárquica com a restauração democrática. A carta constitucional estabelece a divisão de poderes: o poder legislativo descansa no parlamento, o poder executivo gira sobre a figura de um primeiro-ministro hegemónico (Presidente do Governo), e o poder judicial reside em cada um dos juízes e tribunais que administram a justiça.

Neste sentido, assim como a contextualização ao sistema político mexicano pode situar-se historicamente a princípios do século XX com o final da Revolução, o mapa político espanhol actual, em seus elementos de fundo, inicia-se com a morte do ditador Francisco Franco e o início da chamada transição do que é o primeiro regime plenamente democrático e estabelece a história constitucional de Espanha. Falamos de dois condicionamentos básicos para entender em toda sua amplitude o processo da transição espanhola:

- A existência de um desajuste entre um estado nacional espanhol de transição elitista e autoritária, e umas extensas periferias, algumas das quais com projectos nacionais alternativos. Entre as muitas consequências do desajuste, destacamos para nossa investigação a estruturação dos partidos políticos espanhóis em torno das *clivagens* ou linhas de fractura: a classe social e o centro/periferia. A presente investigação não é alheia a este condicionamento,

mas sim pelo contrário: o município de Nava del Rey pretende ser o cenário da comprovação da existência de *clivagem* de classes no “centro”, e igualmente, Valle de Trápaga se localiza em pleno epicentro de um dos nacionalismos periféricos mais reivindicativos, o Vasco.

- A manutenção de uma cultura política dominante autoritária, resultado de quatro décadas de ditadura porém também de sua reprodução pelos meios de comunicação, que leva a uma grande maioria de cidadãos a ter uma percepção negativa da actividade política e, em consequência, uma tendência a não participação política, que a nível de associativismo em partidos sindicatos é muito baixa.

Nesta **conjuntura**, elege-se Nava del Rey por ser um dos escassos municípios do Estado espanhol no qual vence uma mesma força política em todo tipo de disputa eleitoral desde o início do actual período democrático até hoje em dia. Se cria para a ocasião o conceito de “voto identitário” chegando a aproximação notável da realidade política do município em termos de relações entre participação política-eleitoral e descrição ideológica. Neste sentido, igual ao idioma, o trabalho domestico e o contrato eventual, em determinados contextos históricos podem chegar a constituir marcadores de identidade culturas étnicas, de género e de classes respectivamente, a comunidade de Nava del Rey em sua recente história democrática forma uma cultura política na qual qualquer modalidade de interacção política (sobre tudo o voto) se constitui um marcador identitário cujo função social seria a de representar simbolicamente a fronteira entre o *nós* socialistas e o *eles* não socialistas ou vice-versa. A este fenómeno denominamos “voto identitário” ainda que bem se pode falar globalmente de participação política identitária.

Posteriormente, examinamos um segundo município com o objectivo de seguir explorando as possibilidades de explicar e compreender os resultados eleitorais, assim seja, das outras formas de participação política (assistência a comícios, militância em partidos, manifestações, etc.), como representações identitárias de comunidades locais:

seleccionamos o Valle de Trápaga em Euskadi pensando em complementar a nossa análise com novas categorias sobre comportamentos políticos associados a pertença do cidadão a determinado bloco de identidade, categorias que no caso Vasco são de tipo etnonacionalitário. A este respeito, pensamos que o voto é hoje elemento central da representação social da identidade colectiva vasca, de maneira que votar nacionalista ou votar não nacionalista gera categorias identitárias étnicas; manifestar-se a favor do *euskera*, ou naqueles actos convocados pelo *Lehendakari*, e não fazê-lo, separa igualmente os cidadãos identitariamente. Em definitivo, pensamos que estas categorias reafirmam os dois pólos definidores do vasco, tanto o de vasquidade como o da espanholidade. E os potenciam nos acordos entre *nós* e nos conflitos frente aos *outros*.

Reconhecendo que existe contornos eleitorais, não podemos deixarmos de estudar o voto como referente de representações sociais colectivas, como elemento delimitador entre pólos de uma mesma comunidade. Diante disto, mostramos o valor das interacções políticas como geradoras de identidade, em paralelo a seu valor como elemento de representação e de participação política. O estudo complementar da sociologia eleitoral: não dizemos que os factores conjunturais não influenciam, senão que em contextos microsociológicos, estes factores tem de ser examinados como marcadores dos princípios estruturais de identidade. Muito ao contrário, sugerimos que a existência de fenómenos como o clientelismo ou o carisma, tão estendidos na sociedade actual, encontram maior razão de ser como elementos incrustados na estrutura de identidade dominante.

Até este momento, sendo os elementos que comparamos do mesmo lado do Atlântico, se incide na interpretação das formas de participação política -eleitoral como marcadores dos valores identitários latentes nas comunidades objecto de estudo. Mas quando nos transferimos para **território mexicano** com a decidida intenção de continuar estabelecendo parâmetros comparativos das distintas formas de participação política -eleitoral e sua relação com a identidade, fora esta relação de classe, étnica ou sujeita a determinadas ideologias, se fazem necessário uma revisão dos desenvolvimentos apriorísticos.

Desde 1917, a Constituição dos Estados Unidos do México define a ordem política mexicana como uma “república representativa, democrática e federal”. A princípio da separação de poderes próprios de toda norma constitucional democrática, se soma a separação territorial de poderes entre o governo nacional e os estados da federação. O poder executivo reside em um presidente eleito por voto directo para um período de seis anos, sem possibilidade de reeleição, que dispõe da faculdade exclusiva para formar governo. O poder legislativo se encontra no Congresso da União, o qual está formado por uma Câmara de Deputados e por um Senado. O poder judicial é exercido pela Suprema Corte de Justiça. Em definitiva, México conta com as instituições formais que caracterizam a maioria das democracias modernas catalogadas como presidencialistas (preponderância do poder executivo sobre os restantes poderes), cujo modelo originário seria o sistema presidencial norte-americano.

O município previamente seleccionado responde ao nome de Xico: destacamos ser ele um dos primeiros ajuntamentos de todo meio onde triunfa uma opção política diferente do PRI, e qual governava hegemonicamente em grande parte do território mexicano desde há várias décadas em todos os níveis institucionais. Uma vez conhecidas as circunstâncias da grande permanência do PRI no poder (autoritarismo, paternalismo, clientelismo político), nos interessa indagar a possível presença de valores identitários reactivadores de comportamentos políticos diferentes aos conducentes ao voto cativo para o PRI.

O mero contacto com a realidade xiqueña avisa então uma mais que possível revisão do fenómeno objecto de estudo que vamos tendo nas localidades espanholas: a participação eleitoral estável explicada a partir de seu reconhecimento como representação identitária não nos serve para o México. Comprovamos a apreciação com o passar das semanas e a estadia em novos municípios como Jiquilpan de Juárez, cuña del ‘cardenismo e, portanto, do Partido a Revolução Democrática (PRD). É apalpável e notável presença de práticas clientelares em ambos os municípios mexicanos nos leva por um lado a estudos sistemáticos de toda a gama de formas de participação política descritas pelas ciências sociais; por outro lado, a conhecida utilização de identidades, se

soma a exploração dos níveis socioeconómicos da população, substancialmente díspares em ambos os lados do Atlântico.

Como reflexo de fundo, e comparativamente com os trabalhos que temos realizado em território espanhol, pensamos que em qualquer contexto podemos gerar múltiplos níveis identitário, mesmo que finalmente, para o caso de Xico e Juquilpan de Juárez, apreciamos que são subsidiários de estruturas socioeconómicas. Remarcamos a possibilidade a estudar de que existia uma relação directa entre os que não possuíam mais que sua não-regrada força de trabalho e os que em política não tinham mais que seu voto para intercâmbio clientelar. Não dizemos que os “pobres” sejam necessariamente vendedores de seu voto, senão que em um contexto de política clientelar, onde os patrões realizam negócios e os intermediários recebem propinas são os pobres os que possuem mais possibilidades de vender seus voto. Mais nítido no entanto: tendo um patrão, um intermediário e um cliente, todos eles com ânimo de traçar em um contexto cultural de clientelismo, destacaremos a tranza² de clientes nas vendas de seu voto (participação eleitoral); e o resto de protagonismo tem acesso ao resto de formas clientelares presentes no cenário (compra de voto; aliciamento de vontades, financiamento de campanhas, etc.).

Não perguntamos a que partidos votam (finalmente, se os clientes recebem dispensas dos principias partidos, a explicação clientelística se difumina), mais sim daremos ênfase no que as pessoas que recebem dispensas pertencem a um determinado extracto socioeconómico, de tal maneira que assim como “ajudam” o patrão, política e eleitoralmente, seu “limite clientelista” é a venda de seu sufrágio. Ao contrário, assim como não são grandes proprietários, não podem chegar a candidatos ou dirigentes de partido, não tem a oportunidade de cobrar o dízimo, criar obras falsas, permanecer com parte do pressuposto, dar empregos ou comprar votos.

Por tanto, neste ponto, consideramos que **é necessário ampliar o conceito de comportamento eleitoral ao de participação política**. Se faz necessário um conceito o suficiente amplo para reconhecer nitidamente toda classe de relações políticas e

² *Tranza*: termo mexicano para referir-se às ações que vão contra uma regra ou uma lei e que se fazem com disimulação para conseguir algum benefício.

clientelares, e concretamente, para categorizar tanto as peculiaridades mexicanas que estamos descrevendo como os achados prévios que temo estudado em território espanhol. Sem dúvida, o elemento fundamental de um sistema democrático, no qual podemos incluir todo tipo de comportamento dos cidadãos com o sistema político, é a participação política.

Desta maneira, em plena actividade de reflexão comparativa, por parte do autor, o objecto fundamental da investigação vai passar a ser o voto como acção individual transmissora de identidade, a totalidade das formas de participação política como interacção entre indivíduos pertencentes a diferentes níveis socioeconómicos, indivíduos que em cada caso ocupam papéis bem determinados.

Em definitivo, o presente trabalho aborda a necessidade de analisar comparações interculturais entre países de desigual níveis de riqueza, análises que a nosso entender propiciam novos estudos teóricos que incidem sobre factores que passam a ser *presumidamente* propiciatórios quando se trata de sociedades ocidentais, é *marcadamente* influente quando a comparação se realizada entre democracias com substanciais diferenças na redistribuição de renda de sua população. Este e, queremos reflectir sobre a relativa importância de referentes políticos identitários quando se trata de contextos pouco favorecidos socioeconomicamente.

A comparação entre dois marcos geográficos com desigual distribuição de riqueza entre seus habitantes faz necessário uma tentativa por limitar “situações de privação objectiva”. Não queremos nem temo os suficientes conhecimentos para embarcarmos no debate a cerca da relativização ou universalização das necessidades sociais. Pretendemos sem dúvida chamar a atenção sobre o que em termos de consenso moral, são necessidades básicas para o desenvolvimento de uma existência humana digna. Nossa tentativa por construir parâmetros interculuturais de comparação não podem justificar as diferenças existentes entre os povos “ricos” e “pobres” em termos de diferenças culturais relativas. Portanto, partindo da existência de graus de menor, intermédio e maior privilégios em ambos os países, partimos da categoria de “não privilegiado” -trabalham em nossos municípios mexicanos - para aqueles cidadãos sem

recursos suficientes para participar de maneira efectiva em sua forma de vida com o fim de alcançar outro objecto que crêem valioso. Isto é, não será o mesmo um cidadão de Nava del Rey ou de Vale de Trápaga localizado nos graus mínimos de privilegio (não temos encontrado pessoas em situação de desemprego ou jubilado com escassos ingressos que seguem votando em função de seu bloco itenditário) que um cidadão de Xico ou de Jiguilpan de Juárez realmente “não-privilegiado” cujo recursos não permitem participar autonomamente.

No **terceiro bloco temático** do texto detalharemos exaustivamente a particular transformação da investigação. A diferença de um bom número de publicações politólogas e sociológicas, as quais só consideram participação política como acção de indivíduos ou colectivos mais ou menos motivados a participar em função de uma série de variáveis de toda índole, nossa aproximação intercultural ao conceito nos faz apostar por **seu tratamento como inteiração**. Esta atenção nos proporciona, além de determinar leituras, o próprio trabalho de campo tanto em Espanha como sobre tudo México.

Pensamos firmemente que a aproximação intercultural faz valorizar a consideração de cada forma de participação política como interacção cara a cara mais que como acção individual: a observação das formas de participação no México nos permitiu relativizar a importância dos factores motivadores – medidas na maioria dos casos individual e qualitativamente da participação, e passar a considerar como fundamental os factores potenciadores e/ou restritivos – registrados mediante técnicas etnográficas como a observação participativa e a entrevista aberta do acesso aos núcleos de decisão política. Nos interessa apontar que consideraremos os cenários de participação política como processo dinâmicos de interacções entre indivíduos que em cada caso ocupam papéis bem determinados.

Neste sentido, assumindo que a participação política implica a análises de actividade que tem como referente cada individuo, queremos chamar a atenção sobre a capacidade da própria interacção de condicionar as acções individuais até tal ponto que podem ser identificadas formando parte de modelos orientadores na execução de determinadas funções, indetificadas como maneiras de trabalhar esperadas (papel social:

em definitivo, pensamos em comportamentos políticos individuais derivados da influência recíproca entre duas pessoas.

Por exemplo, não é o mesmo identificar as características individuais que condicionam o acesso dos cidadãos espanhóis e mexicanos às associações políticas (os quais podem ser os recursos económicos, a educação, a idade, o género, etc.) que analisar o associativismo como interacção de indivíduos ocupando uns o papel de dirigir uma associação – papel fundamental nas tentativas de influenciar os processos de tomada de decisões públicas e outros o papel de mero membro – actos de menos relevância política -: ao longo da obra se expõe o quão interessante é relacionar o estatuto socioeconómico dos cidadãos participantes com os papéis mais – ou menos – influentes da inteiração política que protagonizam.

Em outras palavras, mesmo que a maioria das investigações de ciência política trata de desentranhar só os “pobre” (põe-se igualmente outras categorias relacionadas com grupos de idade – jovens, velhos, de género – mulheres, de educação – pessoas com baixo nível de estudos, etc.). tem menos possibilidades de pertencer a uma associação (utiliza-se da mesma maneira as outras formas de participação política como uma manifestação, votar, participar em uma campanha eleitoral, etc.) por efeito de ser “pobres”, a presente investigação quer destacar as possibilidades por parte dos cidadãos de aceder ao papéis decisivos e decisórios tendo em conta parte dos cidadãos de aceder aos papéis decisivos e decisórios tendo em conta suas condições socioeconómicas: que papéis pode ocupar um “pobre” e, desde ele, que capacidade tem de influenciar no processo político? Neste sentido, não é o mesmo dirigir um partido político que simpatizar por ele; sem dúvida, ambos os papéis são tratados pela politologia chama a mesma forma de participação do associacionismo político. Tão pouco é o mesmo coordenar um acto de protesto que “faz vulto” e ambos são considerados como participação em protestos. Nem tanto é o mesmo vender um voto que compra-lo, mas as ciências sociais só insistem na venda como a forma elementar de clientelismo eleitoral, aludindo muitas vezes falar dos compradores.

O politólogo, digamos, analisa o associativismo como forma concreta de acção: contabiliza cidadãos associados por sua pertença documentada tal como equipara vontade ao número de papéis emitidos, militarmente de partidos seguindo os dados do pertinente registo, o manifestante a todos aqueles presentes em um acto reivindicativo em base a confusa cifra aportadas por diferentes corpos de segurança. O antropólogo deve ir mais além, estudar *in situ* a participação como interacção, e relacionar os papéis que entram em jogo com as características dos cidadãos que executam tais papéis. Apresenta investigação, explicitando e por vezes exprimindo o que e a **hipóteses principal**, tratara de **explicar e compreender a influência que as características socioeconómicas dos cidadãos exercem sobre as formas de participação política**, mesmo que com total segurança também existir resultado interessante vincular os papéis com categorias de género e étnicas. Isto é, queremos trabalhar a ideia de que quando as interacções políticas são protagonizadas por cidadãos com grande diferenças socioeconómicas entre eles, os comportamentos que podemos esperar são o de execução de funções de relevância no processo de tomada de decisão pública por parte do cidadão mais privilegiado, e o de execução de funções de escassa ou nula relevância política por parte dos menos privilegiado.

Em definitivo, não desdenhando das razões e factores pelo qual as que participa ou deixa de participar a cidadania, se presta primordial atenção as próprias formas de participação, a seus actores, e aos papéis que este assumem; antes de falar de cidadão desmotivado que não participa, abordamos, a nível das comunidades onde habita nosso protagonista, em que pode participar e se essas formas se fazem influenciar realmente nos processos de tomada de decisões públicas. Pois perguntamo-nos, pode um mexicano “pobre” sentir-se apático comprando votos, dirigindo um partido a nível local ou coordenando uma manifestação? Temos claro que é indiferente aos nossos protagonistas menos privilegiados socioeconomicamente, tal sensação interactuando como vendedor do voto, assistindo a uma reunião onde se repartem cargos ou privilégios, ou montando uma barricada seguindo precisas instruções do líder privilegiado do turno.

Neste ponto, uma vez exposta nossa intenção de analisar as formas de participação políticas a partir de sua observação como interacção geradoras de diferentes papéis, se

considera que mais além das motivações da cidadania a essência da democracia passa por que cada um destes cidadãos *deve poder ter acesso* a qualquer dos papéis que surjam num contexto local determinado.

Paralelamente, temos em conta, em função dos ordenamentos jurídicos espanhóis e mexicano, e da irrenunciável **busca de bem comum** – entendido como o bem de todos por encima dos interesses particulares - que a nosso entender deve levar aparelhado qualquer modalidade de comportamento político, **a ética** de cada papel posto em cena. Ao longo do trabalho veremos que a diferença entre comportamento éticos e não éticos *não é marcadamente* influente: encontraremos tanto a cidadãos privilegiados como menos privilegiados trabalhando hora eticamente, hora não - eticamente: a chave esta na distinta capacidade de influencia dos papéis ocupados por um e outro indivíduos.

Assumimos a enorme dificuldade que supõe traçar uma fronteira nítida sobre o que devemos considerar como eticamente correcto ou incorrecto, mas mesmo quando os princípios políticos estão sujeitos aos vaivéns da história social, económica e política de cada povo em particular e, a respeito, não podem estabelecer-se tais princípio como verdades única e válida para todos os sistemas políticos nos valores da solidariedade, a justiça, a honestidade e a coerência como garantias de **“que todo o que queira pode participar”** – em contraposição a garantia “ que todos participem” mas ligado a vocação pela actividade social dos cidadãos mais activos.

Agora sim, se quer deixar delimitado o que entendemos exactamente por participação política: “qualquer acção dos cidadãos dirigida a influenciar no processo político e em seus resultados”. Isto é, ter como seguro que nosso âmbito analítico vai estar limitado aos comportamentos dirigido a influenciar sobre os detentores de poder no sistema político ou em cada uma das organizações políticas, assim como em sua mesma selecção, com vistas a conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesse dominante. Concretamente, são **cinco as formas de participação política** reconhecidas na maioria dos manuais:

1.- PARTICIPAÇÃO ELEITORAL: *votar* (em uma eleição o em um referendo).

2.- PARTICIPAÇÃO EM CAMPANHA: participar na *campanha eleitoral* (assistência a comícios, financiamento, trabalhos para um partido ou candidato, afixar cartazes, visitar domicílios tratando de convencer outro para que vote de uma determinada maneira, levar adesivos ou distintivos de conteúdo político, etc.).

3.- PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS: ser membro activo e/ou participar nas actividades de um *partido político* ou de um grupo, associação, organização ou plataforma de carácter político (sindicatos, organizações ecologistas, pacifistas, pró direitos humanos, grupos de acção local ou comunal, grupos da própria organização ou como candidato para um posto electivo institucional, excluindo expressamente o desempenho de cargos públicos; consequentemente, se excluir de análises o fenómeno da corrupção política, o qual inclui em todas suas definições a participação nos feitos ilegais de uma autoridade responsável de funções políticas ou administrativas.

4.- PARTICIPAÇÃO-CONTACTO: *contactar* directamente com os *representantes políticos* sobre questões públicas e os *meios de comunicação* (pedir audiências ou entrevistas, realizar chamadas ou escrever cartas aos periódicos, etc.).

5.- PARTICIPAÇÃO-PROTESTA: expressar o desacordo a uma determinada situação ou circunstância política (participar em manifestações, boicotar determinados produtos por razões políticas, desobedecer uma lei por razões políticas, ocupar um edifício, bloquear o tráfico, fazer uma passeata, realizar actos de força, etc.).

Se quer trabalhar desde este ponto com um *primeiro núcleo de hipóteses* – o principal – que iniciamos nos parágrafos anteriores de maneira muito sintética: se quer explicar e compreender **a influência das condições socioeconómicas dos cidadãos nos processos dinâmicos de participação política.**

Utilizaremos para ele as noções básicas propostas desde a antropologia política principalmente por Abner Cohen. Neste sentido, se faz necessário a análise das interações entre variáveis principais, a política e a simbólica. O autor aborda as relações políticas como a interação entre cidadão implicados no processo político. Assim mesmo, se interessa pelas implicações dos símbolos nas relações de poder. Por parte do autor da tese, se vai dar maior ênfase a variáveis políticas que a simbólica, apesar do qual não se descarta o estudo da função dos símbolos como objectivadores das relações entre indivíduos e grupos.

Consequentemente, cada momento e cada município que estudamos e tomamos como um cenário político, o qual definimos como uma rede ou configuração de interações entre actores; ao mesmo tempo, cada interação carrega um mínimo de dois papéis a representar pelos protagonistas; e “papéis políticos” contem funções ou posições orientadoras das acções dos indivíduos que são reconhecidos pelo conjunto da comunidade.

O desenvolvimento de tais hipóteses se realiza através de dois passos. O primeiro, centrado na análises de cada inteiração política, consiste em considerar que as possibilidades de ocupar a totalidade de papéis de cada uma das interações de participação política por parte dos cidadãos, estarão ligadas a *distância* entre as posições socioeconómicas dos protagonistas da mesma. Com o termo *distância* queremos significar o dinamismo das interações de participação política, no sentido de que as posições socioeconómicas não estão fixadas, mais sim que, fruto da “mobilidade social”, as diferenças socioeconómicas entre indivíduos podem *aproximar-se* ou *distanciar-se*.

A este nível analítico o denominamos “**distância relativa**”. Deste maneira, dada uma concreta interação (mínimo de dois cidadãos), discute-se as possibilidades de ocupar o conjunto de papéis gerados por parte de ambos os indivíduos pertencem a uma comunidade local, aumentam em função da menor distância (proximidade) socioeconómica entre eles. Igualmente, se debate se estas possibilidades diminuem sendo a distância maior (distância socioeconómica). Finalmente, se pode estabelecer um

continuum de interacções onde posiciona gradualmente desde interacções próximas ou de “alta autonomia relativa” (os papéis podem ser protagonizados indistintamente por ambos os cidadãos).

Voltando ao exemplo da forma concreta de participação do associativismo político, até aqui diremos que, observando a concreta interacção entre um líder de um prático e um militante de base do mesmo, consideramos que as possibilidades de que o militante pode aceder a ser dirigente passa pela posição socioeconómica de ambos protagonistas. Se tem iguais níveis de recursos, as possibilidades aumentam e por tanto, se dá um contendo de autonomia participativa a medida que o simples afiliado pode chegar a ser dirigente, e este por sua vez ocupar posições de militância. Se suas diferenças são desequilibrantes, se estima que o cidadão menos favorecido socioeconomicamente não pode aceder ao papel de maior influência política; neste caso, se mantém que o militante, não pode chegar a ocupar cargos directivos em sua formação, esta limitado enquanto a participação política se refere (contexto de ausência de autonomia participativa)

Sem embargo, não nos damos por satisfeito por completo com os resultados obtidos no *continuum* de “distância relativa” já que, apesar de tratar-se de uma primeira boa aproximação ao estudo da correlação entre participação política e condições socioeconómicas, somente contextualizando as concretas interacções em seu entorno local permite discriminar aquelas catalogadas como “proximidades” entre as protagonizadas por actores de estratos socioeconómicos privilegiados e entre aqueles menos privilegiados. Neste sentido, exercemos um segundo passo mais centrado nos cidadãos: a posição compartilhada dos protagonistas de uma concreta interacção vista em relação a situação socioeconómica do conjunto da comunidade local (“**distância absoluta**”) se tem como intimamente associada, primeiro, ao acesso a totalidade de papéis dados em um cenário político municipal, e segundo, a capacidade de influência nos núcleos de decisão desde tais posições. Nos toca neste caso gerar categorias de cidadãos e de papéis que sejam úteis a investigação. Em nosso caso apostamos por uma discriminação entre “cidadãos privilegiados” e “cidadãos menos privilegiados” (grau); e entre uns papéis “com voz” e outros sem ela.

Sobre o privilégio, tomamos a definição elementar de status socioeconómico, a qual resume a posição social do indivíduos baseado no nível de estudos, o ingresso e a ocupação. E enquanto os papéis, assumindo que todos os cidadãos possuem inúmeras alternativas de eleições, a menudo geradas pela grande criatividade dos protagonistas, não por ele, devemos deixar de assinalar a existência de eleições mundana na interpretação das regras que conformam os papéis sociais nos que não possuem voz.

Podemos o anunciar da seguinte maneira: dados uns protagonistas privilegiados com respeito ao conjunto de seus convezinhos ou de “alta autonomia absoluta”, aumentam a possibilidades primeiro, de que os actores podem ocupar a maior parte dos papéis executáveis de cada forma de participação política em sua comunidade local; e segundo, de que os papéis em jogo tenham maior influencia no processo de toma de decisão. Pelo contrário, a interacção entre os dois autores menos privilegiados o de “baixa autonomia absoluta” e indicador de uma cena política limitada, mundana, “sem voz”: tais cidadão nem podem ocupar todos os papéis executáveis nem os que executam influem - ou fazem muito parcialmente - no processo político.

De novo, retomando o exemplo da forma de participação conhecida como o associativismo político, recordamos como a “distância relativa” estabelece a correlação entre posição socioeconómica dos actores e sua possibilidade de ocupar tanto o papel de dirigente como o de militante de base. Agora bem, localizada tal correlação no contexto local de cada município, se estima que entre privilegiados se tem possibilidade absoluta de ocupar ambos papéis e consequentemente influenciar com maior intensidade nos núcleos decisórios, e que entre menos privilegiados as oportunidades se esfuma a par da maior escasse de recurso, dando-se por suposto que a influência política é mínima: não se espera por tanto encontrar líderes entre a população menos favorecida socioeconomicamente.

Por tanto, ligando as formas de participação política às possibilidades de acesso aos papéis (com voz e sem voz) de cada interacção por parte dos cidadãos (privilegiados e menos privilegiados), vamos situar os diferentes casos etnográficos descobertos nos

quatro municípios objecto deste estudo em um esquema analítico que gera categorias interculturais de interacções de participação política segundo o grau de possibilidade de ocupação de papéis:

- 1.- interacções plenas,
- 2.- interacções divididas e
- 3.- interacções limitadas.

1.- As primeiras são protagonizadas por cidadãos “relativamente próximos” com altos níveis de autonomia absoluta e, em consequência,

2.- As interacções divididas são aquelas em que se produz uma “divisão de trabalho” entre os cidadãos privilegiados que executam o papéis “com voz” e os actores menos privilegiados que assumem seu papel de comparsa e/ou acompanhante.

3.- Por último, denominamos interacções limitadas a todas aquelas protagonizadas por cidadãos “relativamente próximos” que, por sua situação menos privilegiada em relação ao resto de seus vizinhos, se vêem circunscritos a uma série de papéis bem determinados que, permitindo um sem fim de combinações em quanto a sua execução, não dão acesso aos processos de tomada de decisões políticas.

Querendo explicar e entender nossas hipóteses em termos de grau, dizemos que um cidadão vai aproximando-se a uma participação política plena, a ter possibilidades de acesso reais – não bastaria estar motivado nem ser criativo - a totalidade de papéis que podem apresentar-se em um contexto local determinado, a medida que se reduz a distância socioeconómica entre o conjunto de cidadãos da população: um marco geográfico local com uma maioria de seus habitantes situados a pouca distância socioeconómica um do outro produziria uma forte tendência a que os papéis conformadores da participação política pudessem ser ocupados por qualquer das pessoas pertencentes a esta maioria. E outra coisa é, tendo esta possibilidade, estar motivado ou não para protagonizar os diferentes papéis de participação. Por exemplo, registamos

cidadãos mexicanos que não podem dar-se ao luxo de abster-se ou, todo o contrario, que o fazem coacionados ou pagos.

Recapitulando o dito até aqui, de a uma concreta interacção, vemos a distância socioeconómica entre seus protagonistas, para posteriormente posicionas em relação ao resto de interacções de cada comunidade como o objectivo de poder discriminar entre interacções protagonizada por cidadãos privilegiados e por cidadãos menos privilegiados, independentemente da distância: teremos interacções “próximas” de privilegiados, “próximas” de menos privilegiados, e a combinação das “distantes” entre privilegiados e menos privilegiados. O cortejo deste tipo de interacções com as cinco diferentes modalidades de participação políticas sobre as que se acolhe o conceito, abonaria um terreno prolífero para as análises de possibilidades de participação influenciando no processo político.

A partir deste desenvolvimento inicial, o próprio trabalho de campo, sobre tudo no México nos conduz a formulação de um *segundo núcleo de hipóteses* relacionadas com o *clientelismo*. Neste sentido, enquanto a análise das relações clientelares, vamos trabalhar com a ideia de uma estreita relação entre “proximidade absoluta” socioeconómica da população e uma redução das relações clientelares. Desta forma, o maior número de cidadãos com possibilidades de aceder a totalidade de papéis, consideramos que se reduzem consideravelmente os comportamentos clientelares. Propomos que a proximidade socioeconómica entre indivíduos propicia contextos de autonomia decisória: um cidadão não tenta comprar o voto de outro se o considera de seu mesmo status.

Igualmente podemos dar os dois passos na construção das hipóteses. Em primeiro lugar, decididos uns protagonistas pertencentes a uma comunidade local a actuar clientelaramente, as possibilidades de ocupar o conjunto de papéis depende da distância socioeconómica entre aqueles. Em segundo lugar, as possibilidades de que a interacção tenha capacidade de influir nos processos de toma de decisões entram em função do nível socioeconómico absoluto dos protagonistas.

Graficamente, em uma compra-venda de votos, calibraremos:

- Interacções “próximas” dos papéis protagonizantes por cidadãos privilegiados: patrão na “sombra” de um partido político que aporta dinheiro a direcção do comité municipal. Ambos papéis, o de patrão-pagador e o de intermediário-dirigente pensamos influem directamente na tomada de decisões, neste caso, os votos de uns quantos cidadãos.
- Interacções “distantes” de cidadãos privilegiados e menos privilegiados: momento no qual o intermediário-dirigente oferece determinada quantidade de dinheiro a um votante por sua papeleta. Diferenciamos entre o papel activo do que oferece o dinheiro e o papel passivo do que o aceita,
- Interacções “próximas” entre menos privilegiados: finalmente, a vontade não emite o voto pagador senão que vota em branco devido a uns forte princípios democráticos. A questão de fundo é que nossa investigação vai **priorizar a maior importância do contexto articulador do papel limitado do menos privilegiado** que a busca de facto ultimo motivador de que o voto seja em branco. Ademais de que, proposto de que o patrão comprador também houvesse votado em branco, Tem a mesma importância considerar a ambos cidadãos pertencentes a mesma categoria de cidadãos que votam em branco, que considera diametralmente opostos na mesma medida da influencia que seus papéis políticos tem em um concreto processo eleitoral, evidentemente mais decisivo no papel de comprador que no de vendedor?

Sem dúvida, o desenvolvimento de todas estas reflexões se encontram com a enorme dificuldade que supões comparar primeiro, dois países considerados pelas ciências sociais como dispares enquanto a sua condição democrática, e segundo, uns municípios que, dentro de cada território, tem uma marcada idiosincrasia que lhes faz

opostos em muitos de seus elementos definitórios. A ninguém escapa, e só falamos de sistema partidário maioritários espanhóis – Partido Popular e Partido Socialista Trabalhador Espanhol -; mas não ocorre o mesmo em Euskadi, onde se conhecem corporações autárquicas presididas por pelo menos cinco partidos políticos

Finalmente, recuperando o conceito de “participação política identitária” recolhido nas estâncias em Nava del Rei e Valle de Trápaga, queremos reflectir a maneira de terceiro núcleo de hipóteses sobre a ideia de um coto ideológico ou étnico presente maioritariamente nas comunidades conformadas por cidadão “relativa” e “absolutamente próximos” na qual a condição socioeconómica se refere. Sem embargo, desde o ponto de vista dos municípios mexicanos, pensamos que sua caracterização como cenários com níveis de privilégio “absolutamente distantes” reduz consideravelmente o suprimento de amplas bolsas de cidadãos participando identitariamente.

Em definitivo, nosso esforço de comparação intercultural trata de distinguir um cidadão que assiste a um comício ou forma uma barricada, porém que igualmente pode optar por ocupar o papel do candidato a que está escutando no cenário ou de organizador que selecciona a correcta localização do piquete; do cidadão que, presente no mesmo comício e na mesma manifestação, seus recursos socioeconómicos não são suficientes para optar a representar os outros papéis mais próximos ao poder. Se quer comprovar, primeiro, que as possibilidades de ocupar toda a gama de papéis exposta neste caso (assistente a comício / orador como candidato em um comício; manifestante / organizador das acções da manifestação) depende da distancia socioeconómica entre protagonistas de tal maneira que a maior proximidade, maiores opções para os actores de ocupar todos os papéis postos em jogo no cenário

Dito isto, resulta oportuno tais desafios com o convencimento da necessária abordagem da antropologia na análise, e não só na previsão e posterior revisão dos resultados eleitorais, mas sim na explicação e interpretação dos comportamentos políticos. Indubitavelmente, a literatura da disciplina, a perspectiva intercultural, e o trabalho etnográfico deve ser o marco propiciatório da abertura dos “cotos” reservados a

políticos e sociólogos (estudos macro: comparações entre democracias ocidentais; primazia dos dados estatísticos) e o desenho de propostas igualmente válidas a nível local; não aludindo os mínimos conceptuais do que é uma democracia, comparem sociedades avançadas e as que não são tanto;

Bibliografía básica:

ANDUIZA, Eva; BOSCH, Agustí. *Comportamiento político y electoral*. 1ª edición. Barcelona: Ariel, 2004.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. *Teoría de las necesidades humanas*. 1ª edición. Barcelona: Icaria - Fuhem, 1994.

ESPINA BARRIO, Ángel B. Poder, Política y Cultura en Iberoamérica. En ESPINA BARRIO A. B. (Ed.). *Poder, política y cultura*. Recife: Ed. Massangana – Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León, 2005.

FERNÁNDEZ DE ROTA Y MONTER, José A. Generalizar a través del ejemplo: el valor paradigmático de lo local. En ESPINA BARRIO A. B. (Ed.). *Conocimiento local, comunicación e interculturalidad*. Recife: Ed. Massangana – Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León, 2006.

LEWELLEN, Ted C. *Introducción a la Antropología Política*. 1ª edición. Barcelona: ediciones Bellaterra, 1985.

MORENO, Isidoro. Identidades y rituales: estudio introductorio. En PRAT, Joan; y otros (eds.). *Antropología de los Pueblos de España*. Madrid: Taurus, 1991.

SIMÕES, Maria João. *Política e Tecnologia. Tecnologías da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal*. 1ª edición. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2005.

SULLINGS, Guillermo. Introducción a la democracia real. En MARQUINA, Aurora (Comp.). *El ayer y el hoy: lecturas de Antropología Política. El futuro. Volumen II*. 1ª edición. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2004.

VARELA, Roberto. *Cultura y poder. Una visión antropológica para el análisis de la cultura política*. 1ª edición. Barcelona: Anthropos, 2005.